

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

Termo de Referência 150/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
150/2025	200334-COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD	ANDRE LUSTOSA AVILA	03/11/2025 14:37 (v 0.11)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	77/2025	08200.000066/2025-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente contratação é o fornecimento continuado de vestuário de passeio e equipamentos padronizados para uso dos Policiais Federais incumbidos das atividades precípua da Diretoria de Proteção à Pessoa, bem como itens diversos para conforto e segurança - física e moral - das autoridades sob tutela da Polícia Federal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Conforme estabelecido pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, os itens 12, 13, 14 e 15 serão destinados à participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista o valor estimado abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

1.1.2. Conforme justificado no ETP, os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6, bem como os itens 9 e 10 foram agrupados, tendo em vista a necessidade de padronização dos produtos.

1.1.3. Estimativas de consumo total e individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Grupo	Item	Especificação	Situação	Unidade de Medida	Quantidade	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima	Valor Unitário	Valor Total
1	1	TERNO COMPLETO - MASCULINO /FEMININO	-	Unidade	1130	339	1130	R\$ 1.029,94	R\$ 1.163.832,20
	2	CAMISA SOCIAL - MASCULINO /FEMININO	-	Unidade	1130	339	1130	R\$ 152,93	R\$ 172.810,90
	3	GRAVATA	-	Unidade	1130	339	1130	R\$ 34,95	R\$ 39.493,50
		CINTO SOCIAL -							

	4	MASCULINO /FEMININO	-	Unidade	1130	339	1130	R\$ 90,31	R\$ 102.050,30
	5	MEIA SOCIAL	-	Par	1100	330	1100	R\$ 15,56	R\$ 17.116,00
	6	PRENDEDOR DE GRAVATAS	-	Unidade	1100	330	1100	R\$ 6,20	R\$ 6.820,00
-	7	CALÇADO SOCIAL - MASCULINO /FEMININO	-	Par	1464	439	1464	R\$ 269,27	R\$ 394.211,28
-	8	BOLSO DE APH TÁTICO - IFAK	-	Unidade	1105	331	1105	R\$ 177,87	R\$ 196.546,35
2	9	COLDRE OSTENSIVO REVESTIDO EM COURO	-	Unidade	1100	330	1100	R\$ 429,46	R\$ 472.406,00
	10	PORTA CARREGADOR REVESTIDO EM COURO	-	Unidade	1100	330	1100	R\$ 355,57	R\$ 391.127,00
-	11	PROTETOR SOLAR FACIAL	-	Unidade	1600	480	1600	R\$ 53,39	R\$ 85.424,00
-	12	LENÇO UMEDECIDO	Exclusivo ME/EPP	Pacote	160	48	160	R\$ 11,86	R\$ 1.897,60
-	13	BOLSA DE TRANSPORTE 70 LITROS	Exclusivo ME/EPP	Unidade	40	12	40	R\$ 475,78	R\$ 19.031,20
-	14	GUARDA-CHUVA	Exclusivo ME/EPP	Unidade	80	24	80	R\$ 46,62	R\$ 3.729,60
-	15	TOALHA DE BANHO	Exclusivo ME/EPP	Unidade	80	24	80	R\$ 60,27	R\$ 4.821,60
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$	3.071.317,53	

ÓRGÃO GERENCIADOR - POLÍCIA FEDERAL							
Grupo	Item	Especificação	Situação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	TERNO COMPLETO - MASCULINO /FEMININO	-	Unidade	1100	R\$ 1.029,94	R\$ 1.132.930,33
	2	CAMISA SOCIAL - MASCULINO /FEMININO	-	Unidade	1100	R\$ 152,93	R\$ 168.226,67
	3	GRAVATA	-	Unidade	1100	R\$ 34,95	R\$ 38.445,00
	4	CINTO SOCIAL - MASCULINO/FEMININO	-	Unidade	1100	R\$ 90,31	R\$ 99.335,50
	5	MEIA SOCIAL	-	Par	1100	R\$ 15,56	R\$ 17.110,50
	6	PRENDEDOR DE GRAVATAS	-	Unidade	1100	R\$ 6,20	R\$ 6.820,00

-	7	CALÇADO SOCIAL - MASCULINO /FEMININO	-	Par	1100	R\$ 269,27	R\$ 296.193,33
-	8	BOLSO DE APH TÁTICO - IFAK	-	Unidade	1100	R\$ 177,87	R\$ 195.657,00
2	9	COLDRE OSTENSIVO REVESTIDO EM COURO	-	Unidade	1100	R\$ 429,46	R\$ 472.406,00
	10	PORTA CARREGADOR REVESTIDO EM COURO	-	Unidade	1100	R\$ 355,57	R\$ 391.127,00
-	11	PROTETOR SOLAR FACIAL	-	Unidade	1100	R\$ 53,39	R\$ 58.725,33
-	12	LENÇO UMEDECIDO	Exclusivo ME /EPP	Pacote	160	R\$ 11,86	R\$ 1.897,60
-	13	BOLSA DE TRANSPORTE 70 LITROS	Exclusivo ME /EPP	Unidade	40	R\$ 475,78	R\$ 19.031,20
-	14	GUARDA-CHUVA	Exclusivo ME /EPP	Unidade	80	R\$ 46,62	R\$ 3.729,28
-	15	TOALHA DE BANHO	Exclusivo ME /EPP	Unidade	80	R\$ 60,27	R\$ 4.821,92
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$	2.906.456,66

ÓRGÃO PARTICIPANTE - COMANDO MILITAR DO PLANALTO							
Grupo	Item	Especificação	Situação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	TERNO COMPLETO - MASCULINO/FEMININO	-	Unidade	30	R\$ 1.029,94	R\$ 30.898,10
	2	CAMISA SOCIAL - MASCULINO/FEMININO	-	Unidade	30	R\$ 152,93	R\$ 4.588,00
	3	GRAVATA	-	Unidade	30	R\$ 34,95	R\$ 1.048,50
	4	CINTO SOCIAL - MASCULINO/FEMININO	-	Unidade	30	R\$ 90,31	R\$ 2.709,15
	7	CALÇADO SOCIAL - MASCULINO/FEMININO	-	Par	364	R\$ 269,27	R\$ 98.013,07
-	8	BOLSO DE APH TÁTICO - IFAK	-	Unidade	5	R\$ 177,87	R\$ 889,35
-	11	PROTETOR SOLAR FACIAL	-	Unidade	500	R\$ 53,39	R\$ 26.693,33
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$	164.839,50

1.2. A definição de quantitativo variável entre 30% e 100% das unidades previstas no Termo de Referência tem como fundamento a necessidade de flexibilização da contratação, visando atender com maior precisão às demandas operacionais reais da Polícia Federal, especialmente no que se refere ao serviço de segurança de dignitários, cuja natureza é dinâmica e sujeita a alterações de cenário.

1.3. A adoção de um percentual mínimo de 30% permite à Administração garantir a contratação de um volume inicial suficiente para atender às necessidades imediatas, sem comprometer recursos públicos com aquisições que possam se tornar desnecessárias. Já o percentual máximo de 100% assegura margem para ampliação da aquisição, caso haja aumento da demanda, substituição de uniformes danificados ou incorporação de novos agentes às equipes de segurança.

1.4. Essa prática está amparada pelo princípio da eficiência administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal), bem como pela possibilidade de contratação por demanda variável, conforme previsto no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, que define o “registro de preços” como instrumento adequado para contratações em que não se sabe previamente a quantidade exata a ser adquirida.

1.5. Além disso, a medida contribui para:

- Evitar o estoque de materiais de uso específico e personalizado;
- Reduzir o risco de obsolescência ou inadequação do uniforme e demais itens em função de mudanças de padrão ou especificações;
- Aumentar a economicidade, ao permitir que a Administração adquira apenas o necessário, conforme a evolução das necessidades.
- Dessa forma, a previsão de quantitativo mínimo e máximo no Termo de Referência é medida prudente, legal e alinhada às boas práticas de gestão pública.

1.6. Considerando a previsão de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), conforme disposto no art. 84, §3º, da Lei nº 14.133/2021, e tendo em vista a necessidade de garantir a continuidade do fornecimento de bens essenciais à atividade policial, justifica-se a possibilidade de renovação dos quantitativos registrados, desde que mantidas as condições vantajosas da contratação.

1.7. A medida visa assegurar que, durante o período prorrogado, a Administração possa continuar a adquirir os itens registrados na mesma proporção originalmente estimada, sem necessidade de novo procedimento licitatório, o que contribui para:

- Eficiência administrativa, ao evitar descontinuidade no fornecimento de materiais essenciais;
- Economia de recursos públicos, ao manter preços previamente registrados e vantajosos;
- Segurança jurídica, desde que a possibilidade esteja expressamente prevista no edital e no termo de referência;
- Atendimento contínuo às demandas operacionais, especialmente em áreas sensíveis como segurança de dignitários, onde a reposição de materiais pode ser urgente e imprevisível.

1.8. A renovação dos quantitativos não configura acréscimo contratual, mas sim a repetição da relação original, amparada pela vantajosidade e pela continuidade da demanda, conforme entendimento consolidado por órgãos de controle e pareceres jurídicos.

1.9. Dessa forma, recomenda-se que o edital e o termo de referência prevejam expressamente a possibilidade de renovação dos quantitativos registrados, condicionada à prorrogação da vigência da ARP e à manutenção das condições originais da contratação.

1.10. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do item 2.3 do Estudo Técnico Preliminar.

1.11. A licitação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, sendo que a ata de registro de preços poderá ter sua vigência prorrogada com renovação das quantidades pelo prazo previsto em edital, considerando a economia processual, redução potencial dos preços unitários registrados tendo em vista os efeitos da economia de escala, bem como mitigação do risco de realizar nova licitação e contratação de empresa que porventura não cumpra as obrigações.

1.12. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.13. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.14. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de atendimento de necessidade permanente do Órgão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as condições constantes do Estudo Técnico Preliminar;

1.15. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000025/2025

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 16/05/2024

2.2.3. Id do item no PCA: 70

2.2.4. Classe/Grupo: 8415 - VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 200334-77/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Todo o material será adquirido considerando a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, Capítulo III, art. 5.º I, II, III e § 1.º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.
- 4.1.2. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 4.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.1.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 4.1.5. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
 - 4.1.5.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
 - 4.1.5.2. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
 - 4.1.5.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
 - 4.1.5.4. Outras formas vedadas pelo poder público.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, sendo que marcas similares, equivalentes ou de qualidade compatível também serão aceitas:

Item	Modelo de Referência	Marca	Imagem Ilustrativa

<p>Bolso de atendimento pré-hospitalar tático IFAK</p>	<p>Reflex IFAK System Bag (Roll & Carrier)</p>	<p>North America Rescue</p>	
<p>Bolsa de Transporte 70 L - Coyote</p>	<p>Mala/Mochila Expedition - Coyote 70L</p>	<p>Invictus</p>	
<p>Coldre Ostensivo em Couro com passador de cinto e retenção com sistema ASL</p>	<p>637 ALS® Concealment Holster</p>	<p>Safariland</p>	

Porta Carregador em Couro - retenção passiva	Model 079 Slimline Open Top Double Magazine Pouch	Safariland	
Filtro Solar Esportivo FPS 50 PPS 25 200 ml	Neutrogena Sun Fresh Protetor Solar Corporal FPS 50, 200ml	Neutrogena	
Lenços Umedecidos	Lenços Umedecidos Bebê Tradicional	Granado	

4.2.1. Demais informações constam dos anexos deste Termo de Referência.

Da exigência de amostra

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3.1. Após a divulgação realizada pelo pregoeiro, os interessados em acompanhar os testes das amostras deverão encaminhar solicitação para o email dilog.dpp@pf.gov.br informando o nome e o CPF das pessoa que irão participar, além de cópia de documento com foto de todos os interessados;

4.4. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

Item	Descrição	Quantidades de Amostras
1	TERNO COMPLETO	2 conjuntos masculinos e 2 femininos
2	CAMISA SOCIAL	2 masculinas e 2 femininas
3	GRAVATA	1 unidade
4	CINTO SOCIAL	1 masculino e 1 feminino
5	PAR DE MEIAS SOCIAL	1 par
6	PRENDEDOR DE GRAVATAS	1 unidade
7	PAR DE SAPATOS SOCIAL	1 par masculino e 1 par feminino
8	CAPA DE TRANSPORTE	1 para cada conjunto de terno enviado
9	COLDRE OSTENSIVO	5 unidades
10	PORTA CARREGADOR	1 unidade
11	BOLSO DE PRIMEIROS SOCORROS IFAK	1 unidade
12	BOLSA DE TRANSPORTE 70 litros	1 unidade

4.5. Os tamanhos das amostras dos itens 1, 2, 4 e 7 serão posteriormente acordados junto à licitante.

4.6. As amostras deverão ser entregues no endereço SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, Ed. Multibrasil Corporate - Edifício-Sede da Polícia Federal, - Bairro Asa Norte Brasília/DF CEP 70297-400, Telefone: (61) 2024-8510, no prazo limite de 5 (cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada que deverá ser encaminhada para o email dilog.dpp@pf.gov.br, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- a) Os itens de 1 a 7 serão submetidos aos Testes de Uso, cujos procedimentos e critérios de aceitação são descritos nos Anexos II e III deste Termo de Referência;
- b) O item 9 (coldre ostensivo) será submetido aos Testes de Uso e Resistência, cujos procedimentos e critérios de aceitação são descritos nos Anexo IV e V deste Termo de Referência;
- c) Os demais itens listados serão submetidos à avaliação visual para aferição da conformidade com critérios descritos neste instrumento.
- d) As amostras deverão ser acompanhadas de documentos que contenham a descrição detalhada do produto e demais informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, modelo, tamanho, prazo de validade, marca, número de referência, código do produto e instruções de uso, manuseio e conservação. Tais documentos devem ser apresentados juntamente com as amostras, seguindo os mesmos prazos.

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão fornecer, sem ônus, os manuais necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso, e em português, de preferência.

Da exigência de carta de solidariedade

4.15. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da Ordem de Fornecimento/Serviço, em remessa única, prorrogável por igual período, mediante solicitação do fornecedor e anuência da Administração.

5.1.1. A solicitação fundamentada deverá ser encaminhada para o email dilog.dpp@pf.gov.br, antes de findo o prazo informado no item 5.1.

5.2. Para os itens do Grupo 01, a contratada deverá dispor de locais adequados para tomada de medidas corporais e entrega dos kits aos operadores contemplados nas proximidades de cada um dos locais relacionados na Tabela 01 abaixo:

Tabela 01 - Lista de Unidades da Polícia Federal com possibilidade de existência de NSD ou GSD

Local	Cidade	UF	Endereço	CEP	Telefone
Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre	Rio Branco	AC	Rodovia BR 364, nº 3501 - Pedro Roseno	69915-630	(68) 3212-1200 / 1230
Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas	Maceió	AL	Avenida Walter Ananias, nº 705 - Jaraguá	57022-065	(82) 3216-6767 / 6729
Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas	Manaus	AM	Av. Domingos Jorge Velho, nº 40, Conj. D. Pedro II - Planalto	69042-470	(92) 3655-1502 / 1523 / 1599
Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá	Macapá	AP	Entroncamento das Rodovias Norte-Sul e BR-210, s/n - Infraero	68908-910	(96) 3213-7501
Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia	Salvador	BA	Avenida Antônio Carlos Magalhães, 1113, Anexo III do Conjunto Pituba - Itaigara	41825-000	(71) 3319-6002
Superintendência Regional de Polícia Federal no Ceará	Fortaleza	CE	Avenida Borges de Melo, 820 - Aeroporto	60415-510	(85) 3392-4972
Diretoria de Proteção à Pessoa	Brasília	DF	SCN Quadra 4 Bloco A Torres B, C e D do Edifício Multibrasil Corporate - Asa Norte	70714-903	(61) 2024- 8000 / 9035
Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo	Vila Velha	ES	Rua Vale do Rio Doce, 1 - São Torquato	29114-105	(27) 3041-8000 / 8032 / 8033 / 8030
Superintendência Regional de Polícia Federal em Goiás	Goiânia	GO	Avenida Edmundo Pinheiro de Abreu, 826 - Setor Pedro Ludovico	74823-032	(62) 3240-9615
Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão	São Luís	MA	Avenida Daniel de La Touche, 4000 - Cohama	65074-115	(98) 3131-5100 / 5103
Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais	Belo Horizonte	MG	Rua Nascimento Gurgel, 30 - Gutierrez	30441-170	(31) 3330-5200 / 5201

Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul	Campo Grande	MS	Rua Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho	79110-503	(67) 3368-1100 / 1140
Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso	Cuiabá	MT	Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1.205 - Baú	78008-902	(65) 3927-9105 / 9165
Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará	Belém	PA	Avenida Júlio César, 3251 - Maracangalha	66110-015	(91) 3214-8000 / 8014 / 8016
Superintendência Regional de Polícia Federal na Paraíba	João Pessoa	PB	Rua Aviador Mário Vieira de Melo, s/n, Rodovia BR 230, km 16,5 - João Agripino	58034-045	(83) 3565-8452 / 8453 / 8454
Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco	Recife	PE	Avenida Engenheiro Antônio de Góes, nº 60 - Pina - Empresarial JCPM	51010-000	(81) 2137-4001 / 4002
Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí	Teresina	PI	Avenida João XXIII, 4500 - Recanto das Palmeiras	64045-795	(86) 2106 4972
Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná	Curitiba	PR	Rua Professora Sandália Monzon, 210 – Santa Cândida	82640-040	(41) 3251-7800 / 7801 / 7802
Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ	Av. Rodrigues Alves, nº 1 - Centro	20081-250	(21) 2203-4001
Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte	Natal	RN	Rua Doutor Lauro Pinto, 155 - Lagoa Nova	59064-165	(84) 3204-5501 / 5502 / 5604
Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia	Porto Velho	RO	Avenida Lauro Sodré, 2905 - Nacional	76802-449	(69) 3216 6202 / 6225
Superintendência Regional de Polícia Federal em Roraima	Boa Vista	RR	Avenida Brasil, 551 - Treze de Setembro	69308-050	(95) 3621-1515 / 1502 / 1521
Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Sul	Porto Alegre	RS	Avenida Ipiranga, 1365 - Azenha	90160-093	(51) 3235-9001 / 9003
Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina	Florianópolis	SC	Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744 - Agronômica	88025-255	(48) 3281-6500 / 6502 / 6503
Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe	Aracaju	SE	Avenida Augusto Franco, 2260 - Siqueira Campos	49075-100	(79) 3234-8580
Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo	São Paulo	SP	Rua Hugo D'Antola, nº 95 - Lapa de Baixo	05038-090	(11) 3538-5000 / 5927
Superintendência Regional de Polícia Federal no Tocantins	Palmas	TO	Quadra 103 Sul (ACSO1), Avenida LO 01, Lote 53 - Centro	77015-028	(63) 3236-5415 / 5400

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.3.1. Contrato da Polícia Federal:

SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, Ed. Multibrasil Corporate
Edifício Sede da Polícia Federal
Bairro Asa Norte
Brasília/DF
CEP 70297-400
Contato: (61) 2024-7682

5.3.2. Contrato da Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Planalto:

Avenida do Exército, S/N, SMU
BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DO COMANDO MILITAR DO PLANALTO
Brasília/DF
CEP 70630-903
Contato: (61) 2035-2542

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/06/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será continuado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços constante no item 1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da parcela pertinente*.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1 Fornecimento de atestado de capacidade técnica de no mínimo 20% (vinte por cento) do total do quantitativo do objeto compatível com os demais requisitos previstos neste Termo de Referência;

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante ou não.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.071.317,53 (três milhões setenta e um mil trezentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. O item 13 não se aplica ao presente contrato

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II - MODELO DTERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE LUSTOSA AVILA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/11/2025 às 14:35:53.

ANTONIO GUSTAVO FARIA LIMA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/11/2025 às 14:37:09.